



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO Nº 2/2022 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEPAT

1. INTRODUÇÃO

1.1 Da exigência do Projeto Básico:

1.1.1 Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, inciso IX e 7º, § 2º e 9º da Lei n. 8.666/93, elabora-se o presente Projeto Básico, cujo objeto é a contratação de serviços lavagem de cadeiras, poltronas e sofás que ora necessitam de lavagem e higienização em decorrência do acúmulo de poeira e umidade, por dispensa de licitação, por meio de contratação direta de pessoa jurídica.

2. OBJETO E SEUS COMPLEMENTOS

2.1 DO OBJETO

2.1.1 Contratação de pessoa jurídica especialidade de prestação de serviço de lavagem de cadeiras, poltronas e sofás em decorrência do acúmulo de poeira e umidade, conforme quadro abaixo:

ITEM	OBJETO	QUANTIDADE
1	Cadeiras em tecido, com rodízios	150
2	Cadeiras em curvim, com rodízios	100
3	Cadeiras fixas, em tecido	20
4	Cadeiras fixas, em curvim	20
5	Longarinas de 3(três) lugares, em tecido	20
6	Longarinas de 3(três) lugares, em curvim	30
7	Poltronas diversas, em tecido	30

2.1.2 A contratada deverá utilizar produtos apropriados e autorizado pelo fabricante para não danificar / manchar / corroer os tecidos e estrutura dos móveis.

2.1.3 Modelos e dimensões dos móveis: encontram-se à disposição para vistoria no pátio da seção de transporte do TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. JUSTIFICATIVA

3.3 Da caracterização da Problema

3.3.1 As cadeiras e poltronas foram armazenadas provisoriamente no depósito de patrimônio do TJ-RO, local este coberto, aberto e sem ventilação artificial, sendo expostas à poeira e umidade, principalmente. Enquanto estiveram ali armazenadas, apesar dos cuidados na preservação, ocorreram obras naquele prédio com vistas ao melhoramento da climatização por parte daquele tribunal.

3.3.2 A referida obra envolveu a escavação e remoção terra o que, por si só, prejudicou a preservação das cadeiras, principalmente aquelas com cobertura em tecido.

3.3.3 O armazenamento do material também em lugar aberto quando do retorno ao TER-RO, acelerou a incidência de mofo e ferrugem, sobretudo pelas condições climáticas impostas pelo inverno amazônico.

3.1 Da Solução

3.1.1 A presente contratação visa atender a necessidade do Tribunal Regional Eleitoral - TRE-RO, de prover cadeiras, poltronas e sofás aptos para uso, considerando o fechamento de cadastro eleitoral e a formação de ambientes utilizados nas eleições gerais deste ano.

3.1.2 Assim, a lavagem permitirá a recuperação e reutilização dos bens que compõe o acervo do TRE-RO e que foram, entre outros, no depósito localizado no Centro de Logística do TJ-RO por ausência de espaço neste regional.

3.1.3 Considerando a proximidade do evento de fechamento de cadastro eleitoral, a formação de ambientes utilizados nas eleições gerais e as solicitações de materiais pelas zonas do interior do estado, a lavagem e higienização se apresenta como a solução mais adequada e rápida, além da desnecessidade de aquisição de outras da mesma espécie gerando economia.

3.3.4 Pelo exposto, a necessidade de lavagem e higienização das cadeiras/poltronas carece de urgência, haja vista a proximidade do fechamento do cadastro eleitoral, quando a necessidade de utilização de cadeiras e poltronas triplica na capital e interior do estado com vistas ao atendimento ao público, entre outros.

4. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.1 Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário, obtidos após a fase de Estudo técnico preliminar (ETP).

Além disso, o objeto deste Projeto Básico vem ao encontro das premissas do PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026 - MACRODESAFIOS - SOCIEDADE, tanto pela garantia dos direitos fundamentais, quanto pelo fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade. Já em relação aos PROCESSOS INTERNOS concretiza a promoção da sustentabilidade.

Missão: Garantir contratações planejadas, ágeis, sustentáveis, transparentes e com qualidade excelente

Cientes: Garantir a qualidade dos produtos e serviços contratados

Processos internos: Adotar critérios de sustentabilidade nas contratações

4.2 APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

5. DA GARANTIA

5.1 Prazo de garantia dos serviços: 90 (noventa) dias, a contar da data de recebimento definitivo.

5.2 Caso seja constatado vício, defeito e/ou imperfeição nos serviços executados, a contratada deverá providenciar o reparo e/ou substituição no prazo definido pela contratante, contados do comunicado do TRE/RO, ficando por sua conta exclusiva as despesas correspondentes.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1 Os serviços serão prestados na sede da empresa contratada, no município de Porto Velho/RO, pois o Tribunal não conta com local adequado para execução de tais serviços.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.2 O recebimento e a aceitação dos serviços dar-se-ão da seguinte forma:

6.2.1 Recolher os móveis na sede da contratante em até 24h após o recebimento da Nota de Empenho.

6.2.2 Realizar os serviços de lavagem e higienização no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, e informar a contratada a conclusão dos serviços.

6.2.3. Entregar na sede da contratante as cadeiras e poltronas, em até dois dias consecutivos após o término da lavagem.

6.3 A contratada deverá utilizar produtos apropriados e autorizado pelo fabricante para não danificar / manchar / corroer os tecidos e estrutura dos móveis.

6.4 A Administração não se obriga a contratar a totalidade de equipamentos informados no objeto.

7. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

7.1 Como boa prática a ser observada na Administração Pública Federal, em que pesem as **Resoluções Nº 400 de 16/06/2021**: Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e **Resolução TSE nº 23.474/2016**: Dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos Tribunais Eleitorais, e da ausência de Resolução neste Regional, adotou-se como parâmetro para estabelecimentos dos critérios de sustentabilidade ambiental a IN n. 001/2010 - SLTI/MPOG.

7.2 De acordo com o art. 6º da IN n. 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública poderá exigir critérios de sustentabilidade ambiental.

7.3 Dessa forma, pela natureza do objeto pretendido, a CONTRATADA deverá observar os itens I, IV e VII do artigo 6ª da referida Instrução Normativa, abaixo transcritos:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

[...]



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

[...]

7.4 Dessa forma, será exigido da CONTRATADA que os produtos químicos aplicados na limpeza dos bens estejam em consonância com as determinações da ANVISA.

8. DO VALOR

8.1 O valor da contratação será de **R\$ 17.520,00** (dezesete mil, quinhentos e vinte reais). Tal valor corresponde à menor das propostas obtidas por meio da cotação de Preços n. 04/2022-SEPAT (evento [0803752](#)), realizada no mercado local, conforme quadro abaixo:

		Empresa Emanuel Mendes Bandeira 0803749, REGULAR em todas as certidões, conforme evento 0803754		Sousa & Ferreira 0803751, REGULAR em todas as certidões, conforme evento 0803756		Gomes & Cia 0803750, REGULAR em todas as certidões, conforme evento 0803755		
ITEM	OBJETO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO-R\$	PREÇO TOTAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Cadeiras em tecido, com rodízios	150	36,00	5.400,00	38,50	5.775,00	42,00	6.300,00
2	Cadeiras em curvím, com rodízios	100	36,00	3.600,00	38,50	3.850,00	42,00	4.200,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3	Cadeiras fixas, em tecido	20	36,00	720,00	38,50	770,00	42,00	840,00
4	Cadeiras fixas, em curvim	20	36,00	720,00	38,50	770,00	42,00	840,00
5	Longarinas de 3(três) lugares, em tecido	20	120,00	2.400,00	125,00	2.500,00	131,00	2.620,00
6	Longarinas de 3(três) lugares, em curvim	30	120,00	3.600,00	125,00	3.750,00	131,00	3.930,00
7	Poltronas diversas, em tecido	30	36,00	1.080,00	38,50	1.155,00	42,00	1.680,00
PREÇO TOTAL-R\$			17.520,00			18.570,00	20.410,00	

8.2 Conforme se verifica a proposta apresentada pela empresa **EMANUEL MENDES BANDEIRA**, CNPJ: **15.877.780/0001-20**, juntada no evento [0803749](#), foi a vencedora da cotação, apresentado o menor preço, no valor total de **R\$ 17.520,00** (dezessete mil, quinhentos e vinte reais), conforme resumo na tabela acima, e atendendo às exigências de habilitação do item 7 deste PB.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.3 Do enquadramento da dispensa de licitação:

8.3.1 O valor total da proposta enquadra-se no art. 24, II, da Lei 8.666/93, entende-se que a aquisição pretendida também pode ser feita de forma direta, por dispensa de licitação, já que o valor está aquém do teto legal.

8.4 - DADOS DA EMPRESA VENCEDORA:

Nome da Empresa: EMANUEL MENDES BANDEIRA.

CNPJ: 15.877.780/0001-20.

Contatos: Emanuel Bandeira.

Telefone: (69) 98434-5437.

Representante: Emanuel Bandeira.

Dados bancários: Banco do Brasil, Ag. 2290-X, conta corrente 73567-1.

9. DAS HABILITAÇÕES E QUALIFICAÇÕES EM GERAL

9.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.1.1 A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá, de acordo com o Inciso III, art. 28 da lei 8.666/1993, apresentação de Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com as suas alterações com o CNPJ.

9.2 DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

9.2.1 A documentação relativa à habilitação fiscal e trabalhista, consistirá, neste caso, de acordo com o art. 29, da lei 8.666/1993 e posicionamentos do TCU, em:

9.2.2 Prova de regularidade fiscal e trabalhista atualizada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou certidões com as seguintes regularidades:

9.2.2.1 Regularidade perante à Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS);

9.2.2.2 Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

9.2.2.3 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

9.2.2.4 Certidão Negativa do CNJ de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade.

10. DO CONTRATO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.1 O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

10.2 Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a compromissária deverá apresentar regularidade junto à Receita Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e Certidão negativa do CNJ de Improbidade.

10.3 A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela compromissária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela compromissária.

10.4 A compromissária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

10.5 Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução da compromissária.

10.6 O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado.

10.7 Recebida a nota de empenho, considera-se celebrado o contrato para todos os fins.

10.8 DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.8.1 SÃO DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

10.8.1.1 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos nesta cotação de preços.

10.8.1.2 Receber os bens nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas nesta cotação de preços.

10.8.1.3 Promover o acompanhamento e a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.8.1.4 Efetuar o pagamento, mediante ordem bancária ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do aceite definitivo, devidamente atestado pelo gestor do contrato.

10.8.1.4.1 Aos pagamentos serão aplicadas as retenções legais, na forma da legislação de regência;

10.8.1.4.2 Para realização dos pagamentos a contratada deve apresentar situação de regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho.

10.8.1.4.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365 \qquad I = (6/100) / 365 \qquad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

10.8.2 SÃO DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.8.2.1 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos nesta cotação de preços.

10.8.2.2 Entregar o objeto do contrato nos prazos especificados neste instrumento.

10.8.2.3 Fornecer o material de apoio e manter o pessoal de apoio necessário a realização do objeto.

10.8.2.4 Substituir, às suas expensas, os itens que estiverem em desacordo com o especificado nesta cotação de preços, no menor tempo possível.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.8.2.5 Atender aos demais comunicados pelo gestor do contrato quanto ao cumprimento das cláusulas especificadas neste instrumento.

10.8.2.6 Receber o pagamento do valor ajustado em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do aceite definitivo da nota fiscal, devidamente atestada pelo gestor do contrato.

10.8.2.7 Situação de regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho, quando da contratação e pagamentos.

10.8.2.8 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

10.8.2.9 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do contrato que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes.

10.9 DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO:

109.1. Não será permitida a subcontratação no todo ou em parte dos itens objeto deste contrato.

11. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

11.1 Os serviços somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo emitido pelo Fiscal do Serviço e Gestor da demanda.

11.2 O recebimento e a aceitação dos serviços dar-se-ão da seguinte forma:

11.2.1 Recolher os móveis na sede da contratante em até 24h após o recebimento da Nota de Empenho.

11.2.2 Realizar os serviços de lavagem e higienização no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, e informar a contratada a conclusão dos serviços.

11.2.3. Entregar na sede da contratante as cadeiras, poltronas e sofás, em até dois dias consecutivos após o término da lavagem.

11.3 Quando da realização do serviço a contratada deverá apresentar a Nota Fiscal após a execução do serviço, do qual o gestor do contrato emitirá



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

o Termo de Recebimento Provisório que tem apenas valor quantitativo, e que não tem valor de aceitação definitiva.

11.4 Após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, o gestor do contrato terá um prazo de 05 (cinco) dias consecutivos para realizar a análise qualitativa dos serviços prestados, que consistirá na verificação dos serviços conforme especificações constantes na cotação de preços, o qual emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

11.5 No caso de eventual inconsistência, omissões ou erros na entrega da prestação de serviços, o gestor do contrato emitirá um Termo de Avaliação que discorrerá de forma detalhada os inconsistências e prejuízos causados.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com o recebimento da nota de empenho, sujeita a contratada à multa, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, conforme a seguir:

I - Atraso injustificado da obrigação de fornecer os materiais até dois dias da data prevista: multa de 2% (dois por cento);

II - Atraso nos demais prazos e obrigações estipulados neste instrumento, será aplicada multa de 0,5% ao dia até o limite de 5 (cinco), podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação a partir do 10º (décimo) dia de atraso.

12.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 30% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

12.3. A multa eventualmente imposta à contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha qualquer crédito neste Tribunal será intimada para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, realizar o recolhimento, sob pena de inscrição na dívida ativa da União (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

12.4. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12.5. A contratada se submete as sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

12.6. Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa nº 004/2008-TRE/RO.

13. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1 O GESTOR E O FISCAL

13.1.1 A gestão e fiscalização será de competência do titular da Seção de Patrimônio - SEPAT, ou por seu substituto legal em caso das ausências, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

13.2. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

14. ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES

14.1 Dúvidas referentes a esta contratação poderão ser sanadas pelos servidores da Seção de Patrimônio –SEPAT, com endereço na Av. Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa da União, Porto Velho/RO, ou através dos telefones (69) 3211-2013/2026, ou ainda, pelo e-mail sepat@tre-ro.jus.br.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ ALBERTO SOARES VIDAL, Chefe de Seção**, em 18/04/2022, às 18:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0816329** e o código CRC **69551361**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0000692-68.2022.6.22.8000